

**Imposto Sobre Serviços de Qualquer
Natureza (ISSQN)**

Novo Regime Jurídico:

**Leis Complementares nº 157/2016 e
nº 175/2020**





Prefeitura do Recife

Secretaria de Finanças

Maíra Rufino Fischer

Secretária de Finanças

maira.fischer@recife.pe.gov.br

RESUMO EXECUTIVO

ISSQN

Modelo Histórico

LEIS COMPLEMENTARES Nº

157/2016 E Nº 175/2020

Redesenho do Tributo

O COMITÊ GESTOR DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO ISSQN (CGOA)

Grupos de Trabalho: GTCGOA e GTAT

AGENDA 2021

O padrão nacional de obrigação acessória do
ISSQN

O Sistema DPI

AGENDA 2022

Prazos previstos para o futuro

01

Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

Modelo Histórico



ISSQN

Modelo Histórico

EC n.º 18, de 1º de dezembro de 1965: novo sistema tributário – criação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Quais são os sujeitos ativos do imposto? Ato Complementar nº 36, de 13 de março de 1967 – regra geral, considera-se local da operação para efeito de ocorrência do fato gerador do ISSQN o local da sede da empresa, à exceção da construção civil, em que o imposto é devido no local onde se efetuar a prestação do serviço.

O ISSQN, regra geral, observa a regra da origem: **o imposto deve ser pago ao município em que está localizada a sede da empresa.**

Lei Complementar nº 116/2003: 22 exceções à regra geral, em que o ISSQN é devido no local da execução dos serviços (princípio do destino).

02

LC 157/2016 e LC 175/2020

Redesenho do ISSQN





Em 30 de dezembro de 2016, publicada no DOU a Lei Complementar nº 157/2016, trazendo novas hipóteses para a regra do destino do ISSQN.



Itens mais polêmicos:

- XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 (**planos de saúde, inclusive veterinários**);
- XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 (**Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres**);
- XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 (**Arrendamento mercantil - leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).



Em 30 de dezembro de 2016, publicada no DOU a Lei Complementar nº 157/2016, trazendo novas hipóteses para a regra do destino do ISSQN.



Itens mais polêmicos:



Para regular o domicílio do tomador de serviços, a LC nº 157/2016 estabeleceu que, no caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09 (**leasing**), o valor do imposto é devido ao Município **declarado** como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.



Já para o caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, **os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.**

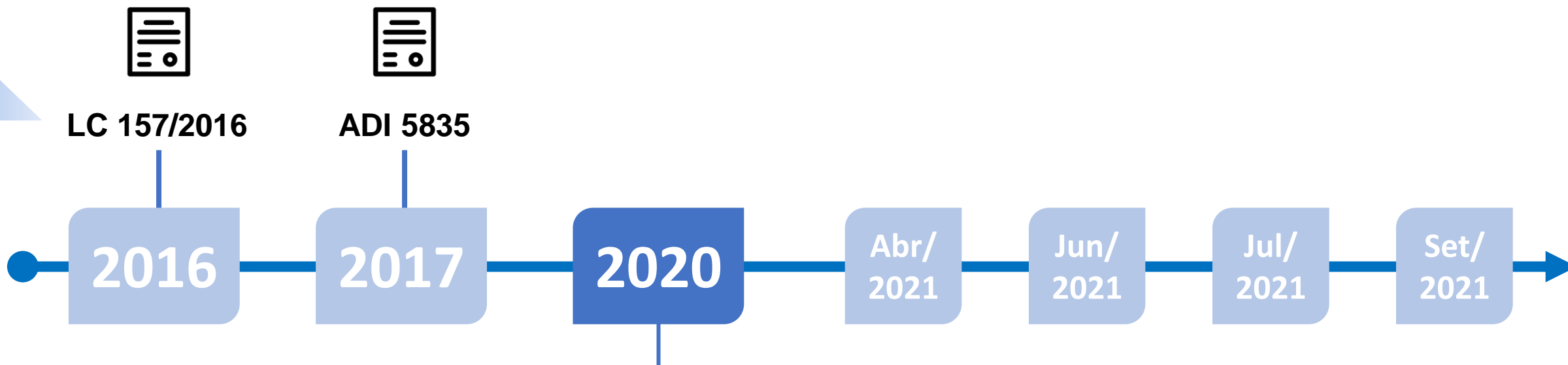


LC 157/2016

- Após a edição do **Lei Complementar nº 157/2016**, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF) e a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG) questionaram dispositivos da Lei Complementar nº 116, de 2003, alterados pela nova lei complementar – através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5835.
- Os pontos questionados determinam que o ISSQN será **devido no município do tomador do serviço** no caso dos **planos de medicina em grupo ou individual**, de **administração de fundos e carteira de clientes**, de **administração de consórcios**, de **administração de cartão de crédito ou débito** e de **arrendamento mercantil (leasing)**.



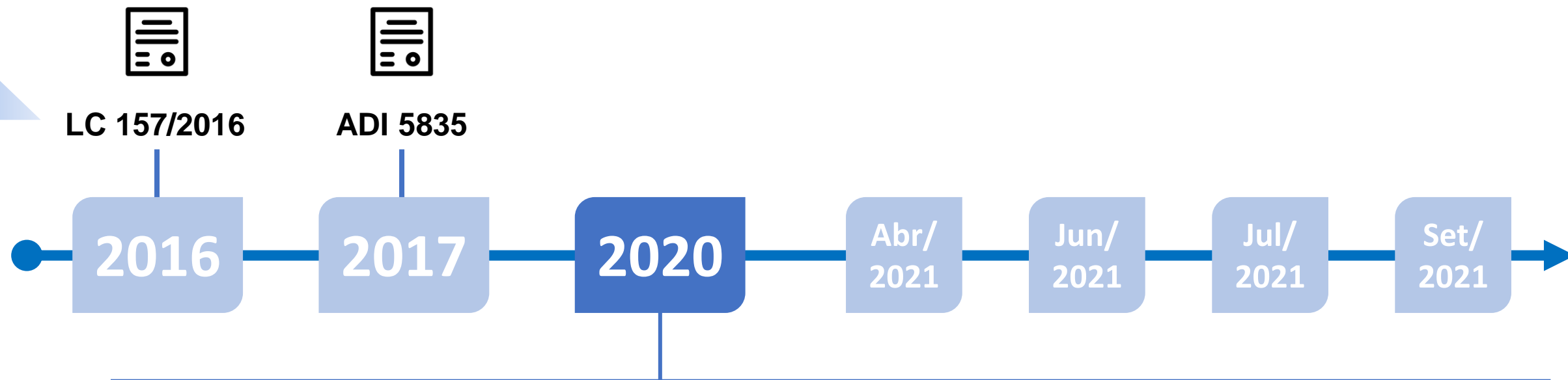
- Em análise da **ADI 5835**, o ministro Alexandre de Moraes concedeu medida cautelar para **suspender dispositivos de lei complementar federal relativos ao local de incidência do ISSQN.**
- Para o ministro, estão presentes os requisitos para a concessão da liminar, diante da **difículdade na aplicação da nova legislação**, com ampliação dos conflitos de competência entre municípios e afronta ao princípio constitucional da segurança jurídica. A decisão suspende também, por arrastamento, **a eficácia de toda legislação local editada para complementar a lei nacional.**



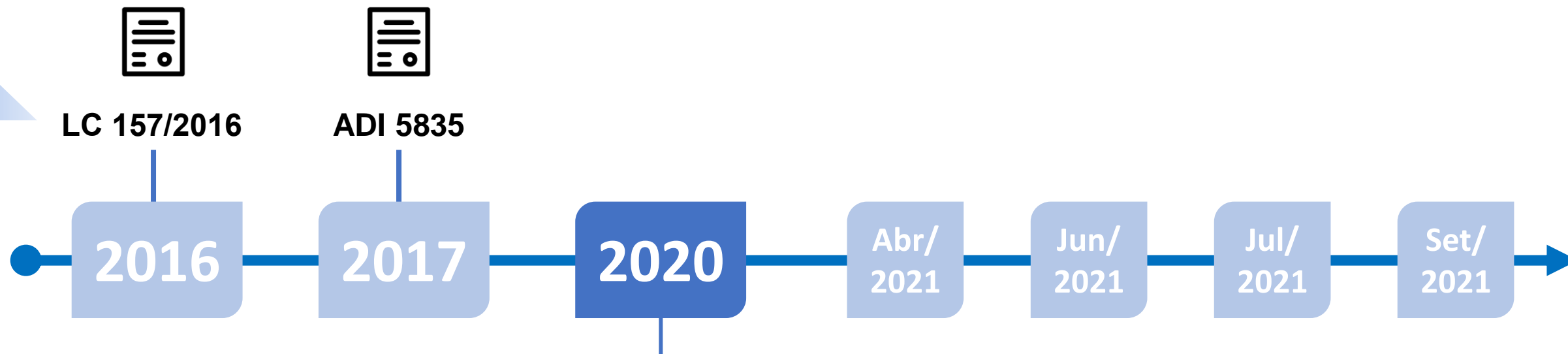
Na busca de afastar as dificuldades colocadas na aplicação das novas regras, foi editada a [Lei Complementar nº 175, de 23 de setembro de 2020](#), que traz novas modificações à Lei Complementar nº 116, de 2003.

O ponto de destaque é o local em que é devido o ISSQN:

- No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, o tomador do serviço [é a pessoa física beneficiária](#) vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.
- O [local do estabelecimento credenciado](#) é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços de administração de cartão de crédito ou débito, relativos às transferências realizadas por meio de tais cartões.

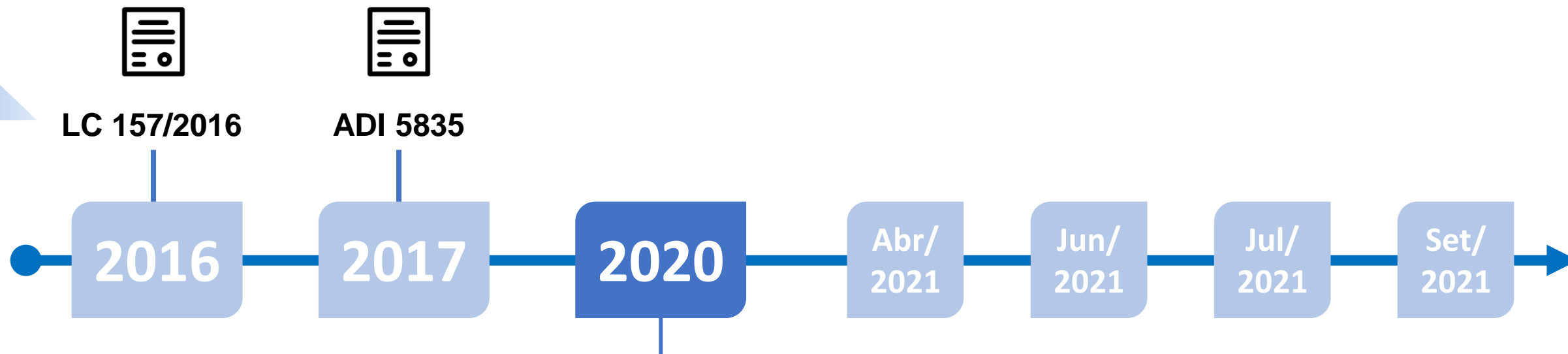


- A Lei Complementar nº 175/2020 trouxe ainda **uma nova regra para fins de recolhimento do ISSQN incidente sobre os serviços de planos de saúde e cartão de crédito e débito:**
- Art. 2º O ISSQN devido em razão dos serviços referidos no art. 1º **será apurado pelo contribuinte e declarado por meio de sistema eletrônico de padrão unificado em todo o território nacional.**
- § 1º O sistema eletrônico de padrão unificado de que trata o caput **será desenvolvido pelo contribuinte**, individualmente ou em conjunto com outros contribuintes sujeitos às disposições desta Lei Complementar, **e seguirá leiautes e padrões definidos pelo Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA)**, nos termos dos arts. 9º a 11 desta Lei Complementar.



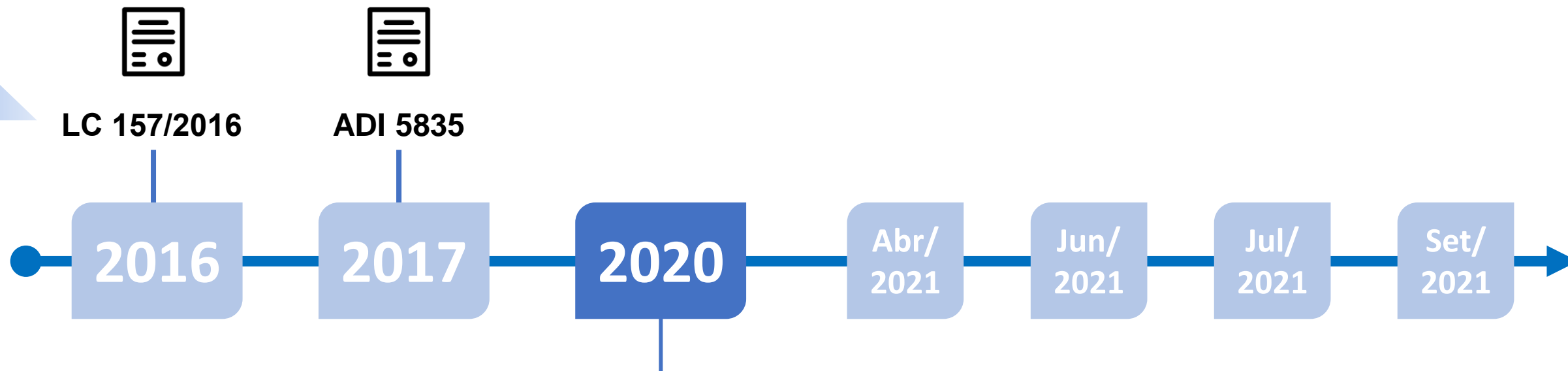
Exatamente para regular a aplicação do padrão nacional da obrigação acessória dos serviços, foi instituído pela LC nº 175/2020 o **Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA)**.

- A principal função do Comitê Gestor, dentre outras, é definir o leiaute, o acesso e a forma de fornecimento das informações do padrão nacional. Uma vez definidos, o CGOA somente poderá alterá-los após 3 (três) anos.
- O CGOA é composto de **10 (dez) membros**, representando as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil, da seguinte forma: **1 (um) representante de Município capital ou do Distrito Federal** por região, indicados pela Frente Nacional de Prefeitos (**FNP**); e **1 (um) representante de Município não capital por região**, indicados pela Confederação Nacional de Municípios (**CNM**).



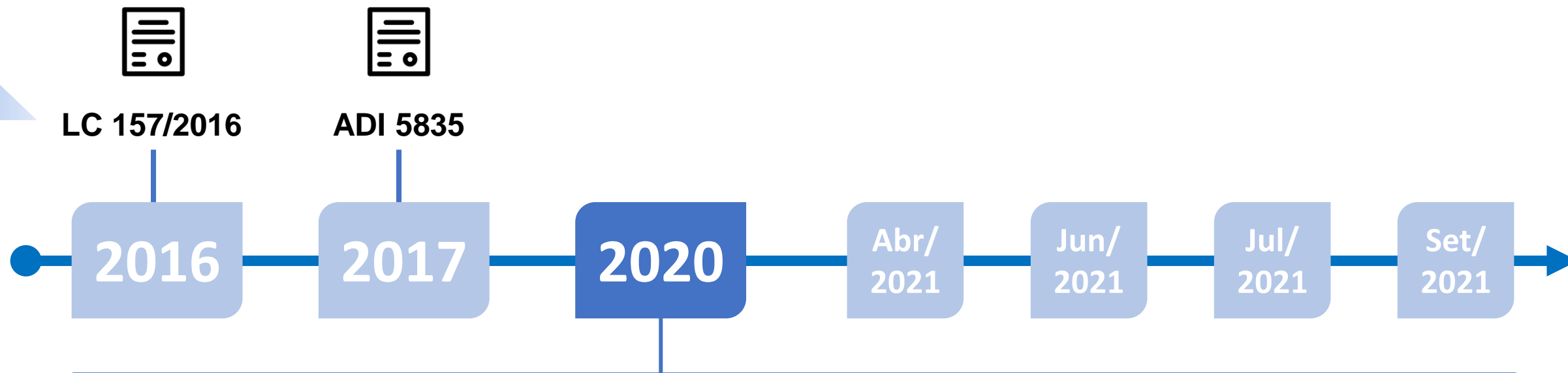
Esta é a atual composição do CGOA (Comunicado nº 1, de 18 de janeiro de 2021):

- **Municípios de Origem dos Representantes titulares de não Capital por Região:** Norte - Pedro Afonso (TO); Nordeste - Cacimbinhas (AL); Centro-Oeste - Bataguassu (MS); Sul: Mariana Pimentel (RS); e Sudeste - Itapetininga (SP);
- **Municípios de Origem dos Representantes titulares de Capital ou DF:** Norte - Manaus (AM); Nordeste - João Pessoa (PB); Centro-Oeste - Cuiabá (MT); Sul - Porto Alegre (RS); e Sudeste - São Paulo (SP).



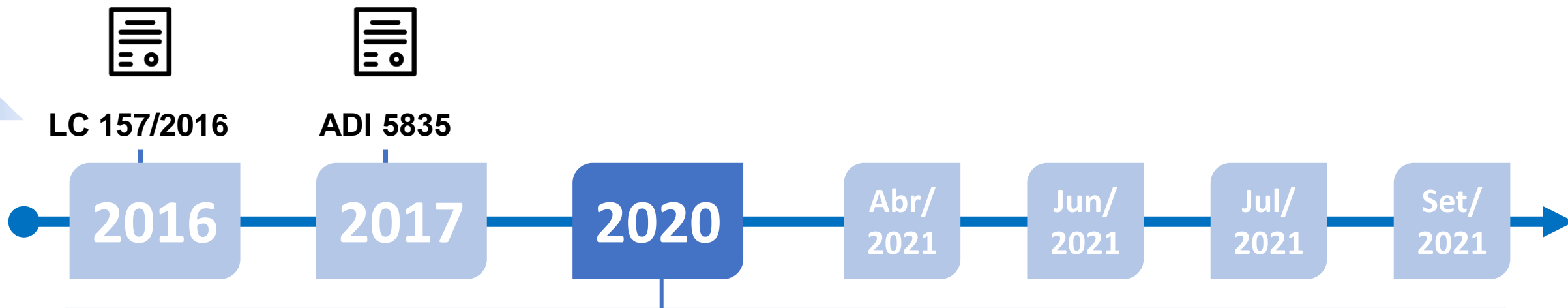
Para auxiliar o CGCOA, a LC nº 175/2020 institui o **Grupo Técnico do Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (GTCGOA)**.

O GTCGOA é composto de **4 (quatro) membros: 2 (dois) membros indicados pelas entidades municipalistas que compõem o CGOA (FNP e CNM); e 2 (dois) membros indicados pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF)**, representando os contribuintes.



Com relação à sua aplicação, a Lei Complementar nº 175/ 2020, estabeleceu o seguinte dispositivo:

- Art. 13. Em relação às competências de janeiro, fevereiro e março de 2021, é assegurada ao contribuinte a possibilidade de recolher o ISSQN e de declarar as informações objeto da obrigação acessória de que trata o art. 2º desta Lei Complementar até o 15º (décimo quinto) dia do mês de abril de 2021, sem a imposição de nenhuma penalidade.
- Pelo que se observa, a LC nº 175/2020 determinou que o primeiro recolhimento do ISSQN, aplicando-se suas novas regras, dar-se-ia até o 15º (décimo quinto) dia do mês de abril de 2021, sem a imposição de nenhuma penalidade, abrangendo tal recolhimento o período de competência de janeiro, fevereiro e março do ano corrente.



Quanto à **destinação da arrecadação**, a Lei Complementar nº 175/2020, fixou as seguintes **regras transitórias**:

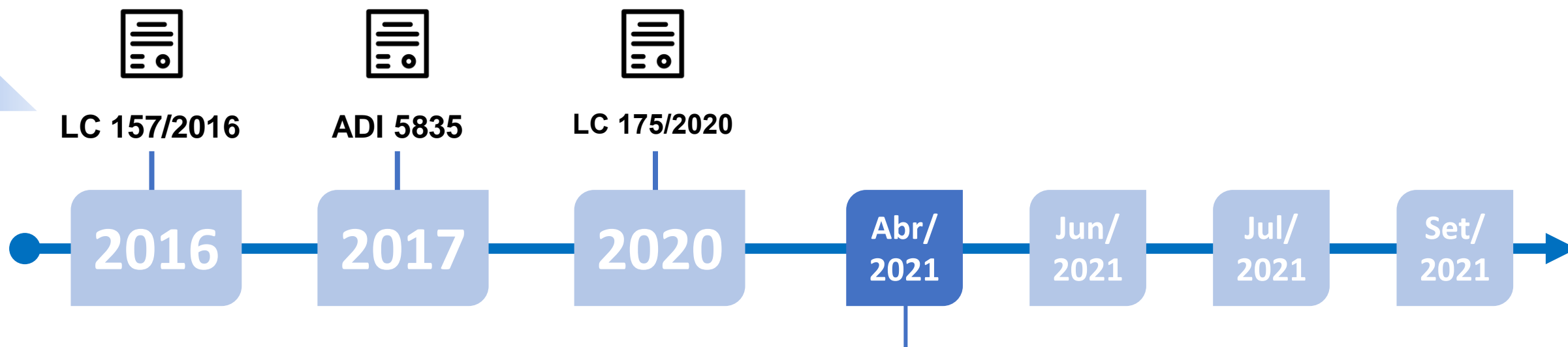
- O produto da arrecadação do ISSQN relativo aos serviços de plano de saúde e administração de cartões de crédito e débito, apurado nos exercícios de 2021 e 2022, **será partilhado entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador**, da seguinte forma: **no exercício de 2021**, **33,5%** do produto da arrecadação pertencerão ao Município do local do estabelecimento prestador do serviço, e **66,5%** ao Município do domicílio do tomador; **em 2022**, **15%** pertencerão ao Município do local do estabelecimento prestador do serviço, e **85%** ao Município do domicílio do tomador; **a partir do exercício de 2023**, 100% pertencerão ao Município do domicílio do tomador.
- **Na ausência de convênio, ajuste ou protocolo** firmado entre os Municípios interessados ou entre esses e o CGOA para regulamentação da repartição, o **Município do domicílio do tomador do serviço irá receber todo o valor**, e deverá transferir ao Município do local do estabelecimento prestador a parcela do imposto que lhe cabe até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao seu recolhimento.

03

O COMITÊ GESTOR DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS DO ISSQN (CGOA)

Grupos de Trabalho: GTCGOA e GTAT



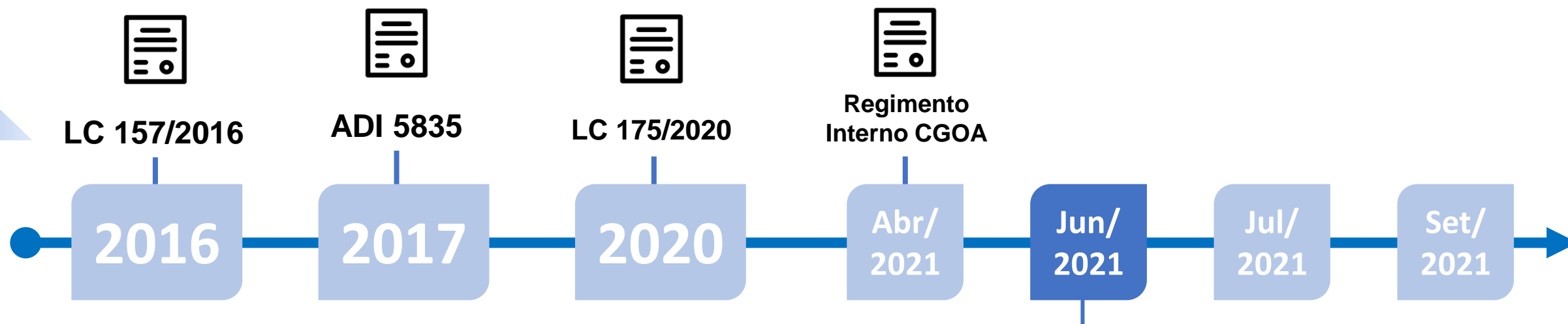


Resolução nº 01/2021:

Em **08 de abril de 2021**, fica aprovado o **Regimento Interno do CGOA**, nos termos do parágrafo 3º do art. 11 da LC nº 175/2020, com a finalidade, composição, competências e regras de deliberações do Comitê Gestor.

Resolução nº 02/2021:

Em **08 de abril de 2021**, instituição do Grupo Técnico de assuntos Tributários (GTAT), para oferecer **apoio nos estudos, análises e planejamento das obrigações acessórias** que serão criadas pelo CGOA. O Grupo é **composto** por **10 (dez) membros**, exclusivamente servidores municipais lotados na administração tributária, seguindo a composição do CGOA.



Portarias CGOA nº 02/2021 e nº 03/2021: em [28 de junho de 2021](#), foram designados os membros do GTCGOA e do GTAT.

O GTCGOA possui a seguinte composição: representação titular de **Município de Capital** – Recife (PE); representação de **Municípios não capital** - CNM; representação; **Contribuintes** – Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

O GTAT está assim composto:

- **Representantes titulares Municípios de Capital:** Sul - Curitiba (PR); Sudeste - Rio de Janeiro (RJ); Centro-Oeste - Goiânia (GO); Norte - Porto Velho (RO); e Nordeste - Fortaleza (CE);
- **Representantes titulares Municípios não capital:** Sul - Ponta Grossa (PR); Sudeste - Lençóis Paulista (SP); Centro-Oeste - Rondonópolis (MT); Norte - Santarém (PA); e Nordeste - Luís Eduardo Magalhães (BA).

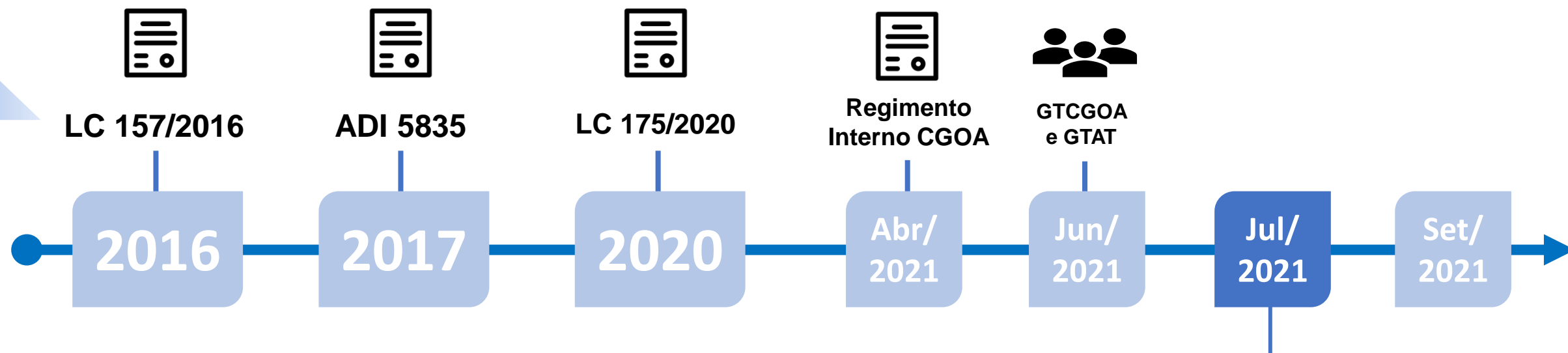
04

AGENDA 2021

O padrão nacional de obrigação acessória do ISSQN

O Sistema DPI





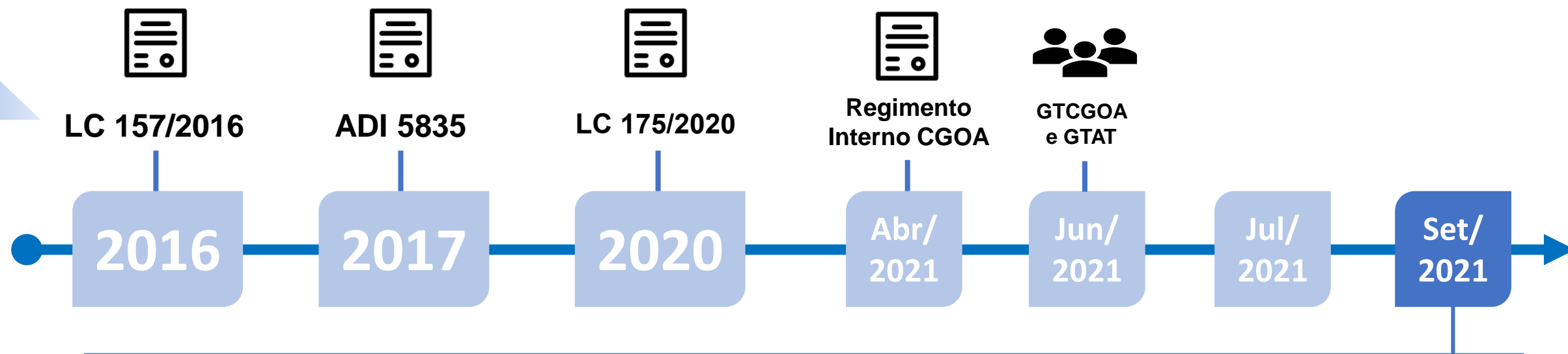
Em **29 de julho de 2021** foi realizada a 1ª Reunião Ordinária conjunta do GTAT e GTCGOA.

Neste momento, foi apresentado, pelo representante da CNF, o estágio atual da **Declaração Padronizada do ISSQN (DPI), que vem sendo desenvolvida desde 2017.**

É um produto desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), custeado principalmente pela CNF, tendo cadastrados 1.506 Municípios (11 capitais) e 575 empresas.

Foi identificado, assim, pelo GTAT e pelo GTCGOA, o **desenvolvimento de um padrão nacional da obrigação acessória dos serviços**, nos termos da LC nº 175/2020 (a DPI).

A partir deste encontro inicial, vêm os membros do GTCOA e GTAT se **reunindo 2 vezes por semana**, para a **discussão e definição do leiaute do padrão nacional da obrigação acessória dos serviços.**



O esforço de ambos os grupos de trabalho foi, e está sendo, **maximizar o aproveitamento dos leiautes já desenvolvidos pela DPI**, evitando-se assim um retrabalho por parte da equipe desenvolvedora (SERPRO) e, conseqüentemente, um prazo ainda mais dilatado para a aplicação das regras dadas pelas Leis Complementares nº 157/2016 e nº 175/2020.

Nesse sentido, o GTAT está finalizando nos próximos dias os estudos técnicos para os leiautes do padrão nacional da obrigação acessória dos serviços.

Concluído o estudo pelo GTAT, será encaminhado o texto para o CGOA, que abrirá vistas ao GTCGOA para, finalmente, a aprovação pelo Comitê Gestor do padrão nacional da obrigação acessória dos serviços, nos termos da LC nº 175/2020.

05

AGENDA 2022

Prazos previstos para o futuro



Out/
2021

Próximas etapas:

- **Publicação** pelo CGOA de Resolução definindo os leiautes e padrões do sistema eletrônico de padrão unificado. Esta resolução deverá indicar o prazo para início de recolhimento com as regras dadas pelas Leis Complementares nº 157/2016 e nº 175/2020. a expectativa é a publicação do texto neste mês de outubro.
- Após a publicação da Resolução, cassação da Medida Cautelar concedida pelo ministro Alexandre de Moraes, para permitir, assim, a aplicação dos dispositivos das Leis Complementares nº 157/2016 e nº 175/2020 relativos ao local de incidência do ISSQN.
- Início do recolhimento do ISSQN aplicando-se as novas regras.



Prefeitura do Recife

Secretaria de Finanças

Maíra Rufino Fischer

Secretária de Finanças

maira.fischer@recife.pe.gov.br

